

“DITO” E “NÃO DITO”: A IMAGEM FEMININA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

BILROS v. 13, n. 27, ago – dez, 2025

Mauricio Santana

Secretaria Estadual de Educação da Bahia; Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves; Colégio em Tempo Integral de Gandu. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da universidade Estadual de Santa Cruz. Mestre em Educação. Atua como professor da rede estadual de ensino da Bahia, com o componente curricular de História. E-mail: msantana.ppge@uesc.br

“DITO” E “NÃO DITO”: A IMAGEM FEMININA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

“SAID” AND “UNSAID”: THE FEMALE IMAGE IN HISTORY TEXTBOOKS

Mauricio Santana

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma pesquisa documental, os livros didáticos de História (*História de um povo*, de Azevedo & Darós), comparando-os com a coleção (*Expedições da História*, da Editora Moderna, autores Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues), ambos do 8º ano (antiga 7ª série) do Ensino Fundamental. O recorte temporal é o Brasil Império, buscando compreender como é abordada a presença das mulheres nesse contexto histórico, bem como a influência da colonialidade e da lógica eurocêntrica como condicionantes da existência das personagens femininas históricas nestes livros. Para o desenvolvimento deste artigo, foi realizado um levantamento bibliográfico nas principais revistas de História da Educação, com aporte teórico de Chartier (2005), Dominique Julia (2001), Chopin (2004), entre outros. As análises apontam para a necessidade de se incorporar a presença de mulheres negras, quilombolas e indígenas, que protagonizaram a história na luta contra a escravização, nos livros didáticos.

PALAVRAS-CHAVE: Livro didático de história. Mulheres negras. Relações raciais. Cultura material.

ABSTRACT

This article aims to analyse, through documentary research, History textbooks (History of a People, by Azevedo & Darós), comparing them with the collection (Expedições da História, by Editora Moderna, authors Gilberto Cotrim and Jaime Rodrigues), both for the 8th grade (formerly 7th grade) of Elementary School. The time frame is the Brazilian Empire, seeking to understand how the presence of women is addressed in this historical context, as well as the influence of coloniality and Eurocentric logic as conditioning factors for existence of female historical figures in these books. To develop this article, a bibliographic survey of leading History of Education journals was conducted, with theoretical contributions from Chartier (2005), Dominique Julia (2001), Chopin (2004), among others. The analyses point to the need to incorporate the presence of Black, Quilombola and Indigenous women, who played a leading role in the history of the struggle against enslavement, into textbooks.

KEY WORDS: History textbook. Black women. Race relations. Material culture.

INTRODUÇÃO

O livro didático é um artefato da cultura material da escola, pois representa não apenas um recurso pedagógico utilizado no processo de ensino-aprendizagem, mas também um reflexo das escolhas ideológicas, sociais e históricas que estruturam o currículo escolar e influenciam a formação dos sujeitos.

A história dos livros didáticos no Brasil, por muito tempo e, por que não dizer, até os dias atuais, está profundamente marcada por uma construção histórica pautada no silenciamento e apagamento dos povos subalternizados. Por muito tempo, perdurou a lógica de exclusão, principalmente das mulheres, como fruto dos efeitos verossímeis da misoginia, das concepções eurocêntricas e da herança do sistema patriarcal. O modelo brasileiro de escrita dos livros didáticos estruturou-se, durante décadas, em um forte apelo eurocêntrico, que desconsiderava os saberes e as influências dos povos africanos, da diáspora e dos povos originários, corroborando assim uma história que desfruta de uma “teoria da história, representadas pelos paradigmas positivista, historicista” (Barros, 2011, p. 23).

No tocante aos livros didáticos de História, podemos afirmar que “[...] realizam uma transposição do saber acadêmico escolar no processo de explicitação curricular” (Bittencourt, 2015, p. 72), sendo uma das principais ferramentas de mediação entre o saber histórico e os estudantes da educação básica.

No entanto, durante muito tempo, o que se ensinava nos espaços escolares era uma narrativa única, centrada em grandes eventos políticos e nos feitos de figuras masculinas, brancas e pertencentes às elites dominantes, o que acabava por invisibilizar outras narrativas. Nesse sentido, Gómez (2021) pondera que “[...] não é por acaso que muitas dessas pessoas ficaram excluídas e esquecidas atrás de grandes nomes — majoritariamente homens — que têm hegemonizado e, por vezes, seguem hegemonizando a escrita da história e a memória social” (p. 03).

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar como as mulheres são representadas nos livros didáticos de História, buscando compreender por que há tão poucas mulheres nessas obras, e ainda menos mulheres negras e indígenas. A análise foi realizada a partir de duas coleções didáticas para o 8º ano do Ensino Fundamental (antiga 7ª série): *História de um povo*,

de Azevedo & Darós, da Editora FTD produzido em 1988, e *Expedições da História*, da Editora Moderna, produzido em 2024 dos autores Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues.

Pretende-se refletir em que circunstâncias e quais mulheres são evidenciadas nessas obras. Para efeito deste artigo, compreendemos as mulheres como sujeitos históricos que foram alijadas da história oficial e que, ainda hoje, necessitam de lutas para sua emancipação e para a superação de estereótipos e violências epistêmicas presentes na construção histórica dos livros didáticos.

CADÊ AS MULHERES QUE ESTAVAM AQUI? O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E O SILENCIAMENTO DA PRESENÇA FEMININA

A presente seção dedica-se à identificação e caracterização das publicações mais recentes nas quatro principais revistas de História da Educação do Brasil, bem como à análise de abordagens presentes em livros didáticos. Para a constituição do estado da arte, o levantamento foi realizado com base na produção publicada nas revistas *História da Educação* (ASPHE), *Revista Brasileira de História da Educação*, *Cadernos de História da Educação* e *Revista HISTEDBR On-line*. Essas publicações são atualmente reconhecidas como referências na área, reunindo textos completos de pesquisas desenvolvidas em instituições públicas e privadas de ensino superior, tanto no Brasil quanto no exterior.

Por meio de uma busca avançada, os dados foram coletados com ordenação por datas decrescentes, restritos ao período de 2020 a 2025, utilizando variações de palavras-chave com caracteres especiais para abranger todas as formas dos termos, aplicados em todos os campos de busca, conforme a seguir: 1) livro didático; 2) mulheres e gênero; 3) livros escolares. Dessa forma, foi possível localizar as produções que, em qualquer parte do texto, apresentassem essas combinações, incluindo variações temáticas e numéricas, tais como: livro didático, livros religiosos, livro escolar, avaliação de livros didáticos. A quantificação dessas produções está apresentada no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Revisão de literatura das principais revistas de História da Educação

Revista Brasileira de História da Educação (2020-2025)		
Autor (es)	Ano	Título

André Mendes Salles; José Batista Neto	2020	Abordagens em livros didáticos de história do Brasil sobre a presença brasileira no cone sul latino americano, no século XIX
Simone Meucci	2020	Os livros didáticos da perspectiva da sociologia do conhecimento: uma pro posição teórico-metodológica
Raquel Lopes Pires; Sara Raphaela Machado de Amorim	2023	O livro enquanto artefato da cultura material escolar e elemento de profissionalização da docência
Renata Brião de Castro	2025	Livros didáticos italianos, propaganda fascista e a identidade italiana no exterior: o manual didático I fatti degli italiani e dell'Italia
Revista História da Educação – ASPHE (2020-2025)		
Autor (es)	Ano	Título
Fabiana Sena da Silva; Maria Elizete Guimarães Carvalho	2024	Anúncios de livros religiosos n'ó publicador (1864): educação moral e religiosa na Paraíba
Cadernos de História da Educação (2020-2025)		
Autor (es)	Ano	Título
Justino Pereira de Magalhães	2022	Livro escolar – adaptação e tradução no Portugal de Oitocentos: do 'aprender pelo livro' ao 'mestre-livro'
Claudia Panizzolo	2022	Livros escolares para a escola elementar italiana nos dois lados do Atlântico: o estudo do Libro d'appunti de Giovanni Soli (entre o final do século XIX e início do século XX)
Terciane Ângela Luchese	2022	'Quando il Mondo era Roma': livros escolares para fascistizar os italianos no exterior, o caso brasileiro (1922-1938)
Marcos Ferreira Josephino; Maria Cristina Ferreira dos Santos; Wagner Gonçalves Bastos.	2023	Professores autores e livros didáticos: a definição de vida em compêndios de História Natural e Biologia (1930-1959) para o Ensino Secundário
Revista HISTEDBR On-line (2020-2025)		
Autor (es)	Ano	Título
Suhender Ribeiro da Silva; Flávia dos Santos Soares	2023	Entre pedidos e pareceres: avaliações de livros didáticos de matemática no século XIX.

Fonte: Os autores (2025).

A partir da leitura dos títulos e resumos dos 10 artigos localizados, três produções se dedicam à análise dos livros didáticos a partir do período fascista, buscando refletir sobre a intenção do regime, suas políticas, bem como a produção, circulação e distribuição de livros escolares fabricados durante o fascismo para as escolas italianas no exterior (Luchese, 2022; Panizzolo, 2022; Castro, 2025).

As demais produções abordam temas diversos, como o conceito de vida em livros didáticos de História Natural e Biologia, obras didáticas nacionais na área de Matemática, a História do Brasil no século XIX, a lei da biogenética e a escola ativa, os livros religiosos que circularam na província da Paraíba, e a análise das recomendações e orientações sobre o que deveria ser um livro escolar a partir da Ilustração e da Revolução Ocidental.

Surge, neste contexto, uma série de questionamentos pertinentes sobre os livros didáticos de História distribuídos às unidades escolares. Enquanto artefatos da cultura material da escola, esses materiais ainda legitimam a invisibilidade histórica das memórias das classes subalternizadas? Permanecem a serviço da exaltação dos grandes feitos e das personalidades consagradas? Como as mulheres são representadas na historicidade construída por esses livros? Quando presentes, trata-se de quais mulheres? Brancas, negras, indígenas? Tais indagações não se destinam a obter respostas conclusivas neste artigo, mas a provocar reflexões, tensões e deslocamentos críticos acerca da produção e circulação do conhecimento histórico na educação básica.

A análise do livro como artefato da cultura escolar não pode deixar de levar em consideração o que nos diz Julia (2001, p. 34):

Convém examinar atentamente a evolução das disciplinares escolares, levando em conta diversos elementos que, em ordem de importância variada, compõem esta estranha alquimia: os conteúdos ensinados, os exercícios, as práticas de motivação e de estimulação dos alunos, que fazem parte destas “inovações” que não são vistas, as provas de natureza quantitativa que asseguram o controle das aquisições.

O autor nos possibilita fazer um giro de possibilidades. Esse giro parte de um olhar minucioso sobre os detalhes, que nos permite, primeiramente, perceber o “não dito” e, posteriormente, descrever o conjunto de artefatos da cultura escolar que consubstancia esse “não dito”, a partir dos conhecimentos a serem ensinados e das possíveis razões pelas quais certos elementos, práticas, ritos e representações são eleitos.

Recordo-me de Clarice Nunes (1990), quando argumenta que relatos, diários, correspondências, memoriais, fotografias e desenhos sempre aguardam um olhar atento que prenuncia “novos fatos” ou permite leituras de “velhos fatos”. Esse posicionamento de Nunes nos propõe notar as fontes que compõem o escopo da cultura escolar, recheado de normas e finalidades que regem o universo da escola. É nesse contexto, composto por inúmeros elementos da cultura escolar, que se insere o livro didático, o qual, a partir do exame atento, como afirma Dominique Julia, nos confronta com inúmeros contextos históricos que não são ingênuos.

Sendo assim, torna-se efetivamente necessário compreender o livro didático em sua relação direta com as estruturas de dominação, mapeadas por uma determinada memória, que, interrelacionada com outras fontes, apresenta-se como parte fundamental de uma formulação política e de um contexto cultural específicos.

Segundo Choppin (2004), é crucial não se ater apenas ao que é explicitamente apresentado, mas também ao que está invisibilizado, sem negligenciar elementos para além do texto principal, que podem revelar as intenções ideológicas ou pedagógicas dos autores, como notas de rodapé, resumos, formulação dos títulos e subtítulos dos capítulos, sumários, léxico, índice ou, simplesmente, o próprio título dos livros.

Por mais que o livro didático pretenda homogeneizar o saber e, por vezes, seja utilizado como instrumento de memorização, ele pode ser controverso, pois a leitura permite diferentes apropriações. Essas múltiplas leituras ocorrem a partir dos diversos processos de aprendizagem, das escolaridades mais ou menos longas, do domínio mais ou menos seguro da cultura escrita, entre outros fatores. Segundo Chartier (2005, p. 77):

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados [...]. Apreendido pela leitura, o texto não tem modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribuiu seu autor, seu editor ou seus comentadores. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura.

Acerca do percurso da História ensinada no Brasil, Bittencourt (2015) apresenta os confrontos em torno de suas intencionalidades, inicialmente voltadas para a formação de uma elite política e econômica caracterizada pela exclusão dos diferentes grupos sociais. Ainda segundo a autora, a existência da História escolar no Brasil deveu-se, sobretudo, ao seu papel

formador da identidade nacional, enquanto as propostas contemporâneas tendem a se preocupar mais em “identificar o indivíduo como pertencente ao sistema capitalista globalizado” (Bittencourt, 2015, p. 18).

O livro didático *A história de um povo*, do autor Azevedo & Darós, foi produzido em 1988 pela editora FTD. A primeira questão apresentada neste livro são os quadros de Debret que expõem escravizados sendo açoitados. As atividades são estanques e apresentam mapas que não direcionam a reflexões críticas. É perceptível a presença majoritária de homens brancos com indumentárias da burguesia. As “figuras” históricas expostas são D. João, Padre Miguelinho, e quadros e pinturas focados em homens que pertencem à corte portuguesa, ou que trazem abordagens políticas, nas quais esses personagens — “grandes nomes” — estão sempre em evidência. A única mulher que aparece no livro didático, no contexto do Brasil Imperial, é D. Leopoldina, cercada por homens brancos da corte e pelo Imperador D. Pedro I (Figura 1).

Figura 1 – Conselho de estado reunido com D. Leopoldina, esposa de D. Pedro I



Fonte: Livro didático *A história de um povo* (1989).

De acordo com Choppin (2004), o livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada e modelada, frequentemente de forma favorável. As ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos e a violência cotidiana são sistematicamente silenciados. Essa reflexão do autor pode ser ampliada diante da constante ausência de outras mulheres que atuaram no processo de independência do Brasil, como Maria Quitéria, Hipólita Jacinta de Melo, Maria Felipa de Oliveira e Bárbara de Alencar.

Infelizmente, o “não dito” escancara que, apesar da participação social ativa dessas mulheres nas lutas e resistências históricas do Brasil, suas representações foram alijadas da historiografia tradicional brasileira e, como resultado, invisibilizadas principalmente nos livros didáticos. O “dito” na obra didática do autor Azevedo & Darós apresenta outra figura caricata da história do Brasil: a princesa Isabel. Independentemente das questões que relegam tantas outras mulheres negras e indígenas a um segundo plano na história nacional, a figura feminina volta a ser retratada cercada por homens (Figura 2). Não há presença das diversidades étnicas no livro didático.

Figura 2 – Isabel, seu marido, o conde D’Eu, filhos e amigos



Fonte: Livro didático *A história de um povo* (1989).

No livro *Expedições da História*, da Editora Moderna, autores Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, as mulheres são apresentadas enquanto sujeitos da história, como por exemplo Jovita Feitosa que participou da Guerra do Paraguai, Maria Quitéria que lutou na guerra de Independência do Brasil, (Figura 3). A presença feminina é retratada em diferentes espaços sociais, além de evidenciar a diversidade étnico-racial e a compreensão da pluralidade cultural e social do país. Contudo, percebe-se a ausência da visibilidade das mulheres negras que lutaram contra a escravidão. Embora haja proposições para debates sobre os aspectos contemporâneos da superação das formas de violência — com ênfase na violência contra a mulher — ainda não se permite visibilizar as mulheres negras quilombolas que, Brasil afora, resistiram e comandaram quilombos em diversas regiões das províncias.

Reconhecer as sobrevivências e os papéis desempenhados pelas mulheres negras quilombolas, é a responsabilidade de reparação histórica dentro da historiografia brasileira, já

que estas mulheres resistem diariamente para a preservação das tradições, saberes e culturas que dão a garantia da continuidade e da identidade dos quilombos. Segundo Dealdina (2020) as mulheres quilombolas representam a força e a persistência que quebram barreiras impostos pela violência estrutural, pela expropriação territorial e pela invisibilidade das políticas públicas.

Figura 3 – Presença Feminina no Período Imperial



Fonte: Livro didático *Expedições da História* (2024).

Diante das análises e comparações das duas obras, torna-se fundamental pensar que:

[...] a imagem da sociedade apresentada pelos livros didáticos corresponde a uma reconstrução que obedece a motivações diversas, segundo época e local,

e possui como característica comum apresentar a sociedade mais do modo como aqueles que, em seu sentido amplo, conceberam o livro didático gostariam de que ela fosse, do que como ela realmente é. (Choppin 2004, p. 557).

A análise de duas obras didáticas, referentes a períodos distintos - final da década de 1980 e a segunda década do século XXI, revela uma recorrente centralidade das narrativas históricas em torno de homens brancos europeus e das elites. Essa perspectiva teve impacto direto na elaboração dos conteúdos escolares, sobretudo nos livros didáticos, os quais, por décadas, silenciaram ou marginalizaram as contribuições femininas. Quando inseridas, as representações das mulheres geralmente assumem papéis secundários, como esposas de figuras proeminentes ou personagens passivas frente aos eventos históricos.

O apagamento das mulheres na História não se dá unicamente pela ausência de nomes; essa omissão ativa ignora as lutas travadas, as organizações, as práticas culturais e as (re)existências femininas. O destino das mulheres na História, e nos livros que as ensinam, tem sido fundamentado por uma lógica patriarcal que desvaloriza saberes femininos, especialmente aqueles produzidos fora da colonialidade do saber.

Um agravante ainda maior é observado, principalmente, na coleção *A história de um povo*, do autor Azevedo & Darós, no que tange às mulheres negras, que são permanentemente invisibilizadas. Infelizmente, até os dias atuais, ainda existem livros didáticos que tendem a mencionar a escravização sem aprofundamento teórico sobre os papéis de resistência das mulheres negras escravizadas, que não apenas resistiram à violência sofrida durante toda a diáspora, mas também organizaram redes de solidariedade, mantiveram as culturas africanas, lideraram revoltas e fugas. Essa narrativa que dominou a historiografia nacional foi um epistemicídio, que segundo Sueli Carneiro (2005, p. 97),

[...] para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc.

Na produção dos livros didáticos, percebe-se ainda a carência de uma história regional que possibilite repensar a construção histórica, ao mesmo tempo em que evidencie outras narrativas, como as das mulheres negras das comunidades quilombolas, ribeirinhas e dos movimentos sociais das estradas, que exercem papéis sociais centrais na manutenção da vida nesses espaços. Elas foram, e continuam sendo, responsáveis por práticas agrícolas, pela preservação de saberes ancestrais, pelos cuidados com a saúde e a educação das crianças, além da articulação política e espiritual dos grupos. Mulheres como Dandara dos Palmares, Chica Moni Congo (considerada a primeira travesti do Brasil), Luíza Mahin, Tereza de Benguela e Acotirene, que lutaram contra a escravização e subverteram as ordens coloniais, desafiam a imagem de passividade ainda presente nos materiais escolares e sequer aparecem em notas de rodapé, o que é confirmado por Santos (2019, p. 2395):

Nenhuma Maria que dê orgulho ao aluno aparece nas Histórias ensinadas, currículos ou nos livros didáticos. O que escola genericamente aborda é o termo desatualizado: “escravos” numa alusão aos africanos sobretudo homens, e não fazem jus ao poder de ação, reação e reinvenção de si, do empoderamento das Marias escravizadas. Repousam neste silêncio mulheres coloniais como exemplos de lutas atemporais para as populações afrodescendentes contemporâneas. [...] As Marias que não conhecemos nos legou saberes que usamos até hoje em chás, plantas, folhas, raízes, rezas, simpatias e curas para moléstias.

É fundamental pensar nessas questões, problematizá-las, discuti-las, a fim de criar fissuras com o apagamento histórico de mulheres negras e indígenas que auxiliaram na construção da história da nação brasileira.

É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão. É impossível falar de uma história única sem falar sobre poder (...) como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. (...) A consequência de uma única história é essa: ela rouba das pessoas a sua dignidade (Adichie¹, 2019).

A fala da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019) é fundamental para refletirmos sobre o perigo de uma história escrita a partir dos desbravadores, esta história que coloca a margem os grupos subalternizados. Nesse sentido, é crucial perceber é que a repetição de ideias, discursos, ideologias provocam a afirmação desses discursos em verdade. Assim

¹ <https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>

sendo, infelizmente ainda impera nos livros didáticos atuais resquícios de uma memória particular, ou seja, a narrativa de um grupo social privilegiado em verdade absoluta, formando, assim, uma perigosa história única, ou seja, um mito histórico de origem que enaltece o papel histórico desse grupo social particular (homens brancos), escondendo desigualdades raciais e sociais que ainda constam nos escritos didáticos e acadêmicos.

Apesar dos avanços promovidos pelas diretrizes curriculares e pela lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas escolas e aplicação da lei 11.645/2008 que incluiu nos currículos do ensino fundamental ao médio a história e cultura indígena, os livros didáticos ainda demonstram limitações no que se refere à construção de uma narrativa regionalizada e comprometida com a diversidade das experiências femininas. Destaca-se, nesse contexto, a ausência de uma abordagem mais atenta às trajetórias das mulheres negras e indígenas, cujas lutas e (re)existências contribuíram significativamente para a formação histórica do país.

Sendo assim, se torna urgente a valorização de uma epistemologia que contemple as narrativas femininas possibilitando a desconstrução de representações estereotipadas e o enfrentamento do silenciamento das vozes e saberes das mulheres. Incorporar a perspectiva feminina na escrita da História configura-se como uma contra-narrativa necessária, capaz de conferir protagonismo e romper com os mecanismos de invisibilização historicamente instituídos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um olhar para a escrita das obras didáticas no século passado e na segunda década do século XXI permite dizer que no tocante as mulheres negras, especialmente quilombolas, ainda persiste a ausência de suas formas de resistência, cultura e saber. A presença feminina na História precisa ser reconhecida não como exceção, mas como parte estruturante do que é a formação do Brasil. Não só os livros didáticos, mas também os referenciais curriculares devem urgentemente romper com o modelo eurocêntrico e patriarcal e assumir o compromisso com a justiça social.

O apagamento da imagem feminina nos livros didáticos é ainda mais grave, pois envolve não apenas o sexismo, quando englobamos as mulheres negras é o racismo estrutural, as opressões racial, de gênero e econômica, que fica “dito”.

Ambas as coleções analisadas para a produção desse artigo nos permitem corroborar que é mulher negra foi historicamente estereotipada como figura subalterna: mucama, ama de leite, escrava obediente ou objeto sexual. Infelizmente, na maioria dos momentos dos escritos dessas obras didáticas perdurou a ausência de suas resistências, sua capacidade de organização ou seus saberes ancestrais.

Apontamos como necessidade que na construção e reformulação dos livros didáticos ocorra a participação ativa da população brasileira e dos movimentos sociais, pois evita que discursos que reforcem estereótipos e preconceitos sobre a representação e autorrepresentação de mulheres negras e indígenas sejam disseminados.

Frente ao exposto, compreendemos que o reconhecimento feminino na história é transformar a maneira como formamos nossos estudantes e cidadãos: com mais consciência, empatia e respeito pelas múltiplas vozes que tecem nossa identidade nacional, regional e local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozie. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AZEVEDO, L. de. **A história de um povo**, 2: sociedade brasileira: Império e República/Azevedo & Darós. São Paulo: FTD, 1988.

BARAUSSE, Alberto. “Una impronta di italianità”: os livros didáticos para as escolas étnicas italianas no Brasil entre o liberalismo e o fascismo. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Maringá, v.18, n. 2, p. 329-350. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/che/v18n2/pt_1982-7806-che-18-02-329. Acesso em: 10 set. 2025.

BARROS, José D'Assunção. Teoria da História, volume II. **Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2012.

BOTO, Carlota. A liturgia da Escola Moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. **Revista História da Educação (online)**, Porto Alegre, vol. 18, n. 44, p. 99-127, set./dez. 2014.

BRASIL. Guia de livros didáticos: PNLD 2024: Ciências Humanas e da Natureza **Coleção Integrada e Livros Regionais**: ensino fundamental anos finais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CHARTIER, Anne Marie. Escola, culturas e saberes. In: XAVIER, Libânia Nacif; CARVALHO, Marta Maria Chagas de; MENDONÇA, Ana Waleska; CUNHA, Jorge Luiz da. (Org.). **Escola, cultura e saberes**. Rio de Janeiro, FGV, 2005, p. 09-28.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução Reginaldo de Moraes. São Paulo: UNESP, 1999.

CHOPPIN, Alain. História dos livros didáticos e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27957/29729>. Acesso em: 10 set. 2025.

COTRIM; Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Expedições da História**. São Paulo, Editora Moderna, 2024.

DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In: DEALDINA, Selma dos Santos. (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, p. 25-44, 2020.

GÓMEZ, Antonio Castillo. Outras vozes, outros arquivos. A memória escrita das classes subalternas. **Cadernos De História Da Educação**, 2021, v. 20 (Continua), e043. <https://doi.org/10.14393/che-v20-2021-43>.

JOSEPHINO, Marcos Ferreira; SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos; BASTOS, Wagner Gonçalves. Professores autores e livros didáticos: a definição de vida em compêndios de História Natural e Biologia (1930-1959) para o Ensino Secundário. **Cad. Hist. Educ.**, Uberlândia, v. 22, e212, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198278062023000100068&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 set. 2025.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Sociedade Brasileira de História de Educação/ Autores Associados: Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

LUCHESI, Terciane Ângela. ‘Quando il Mondo era Roma’: livros escolares para fascistizar os italianos no exterior, o caso brasileiro (1922-1938). **Cad. Hist. Educ.**, Uberlândia, v. 21, e119, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198278062022000100028&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 set. 2025.

MAGALHAES, Justino Pereira de. Livro escolar - adaptação e tradução no Portugal de Oitocentos: do ‘aprender pelo livro’ ao ‘mestre-livro’. **Cad. Hist. Educ.**, Uberlândia, v. 21, e116, 2022. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198278062022000100025&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 set. 2025.

MEUCCI, Simone. Os livros didáticos da perspectiva da sociologia do conhecimento: uma pro posição teórico-metodológica. **Rev. Bras. Hist. Educ**, Maringá, v. 20, e122, 2020. Disponível em: scielo.br/j/rbhe/a/CV7vnC7HvkhQjBRj4YsK9Dc/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 set. 2025.

NUNES, Clarice. **História da educação: espaço do desejo**. 1990.

PANIZZOLO, Claudia. Livros escolares para a escola elementar italiana nos dois lados do Atlântico: o estudo do Libro d'appunti de Giovanni Soli (entre o final do século XIX e início do século XX). **Cad. Hist. Educ.**, Uberlândia, v. 21, e120, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198278062022000100029&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 set. 2025.

PIRES, Raquel Lopes; AMORIM, Sara Raphaela Machado de. O livro enquanto artefato da cultura material escolar e elemento de profissionalização da docência. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Maringá, v. 23, e274, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223800942023000100033&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2025.

SALLES, André Mendes; BATISTA NETO, José. Abordagens em livros didáticos de História do Brasil sobre a presença brasileira no Cone Sul Latino-Americano, no século XIX. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Maringá, v. 20, e122, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223800942020000100209&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2025.

SANTOS, Cristiane Batista da Silva. Cadê as Marias? Pesquisas, Licenciaturas e Educação Básica: histórias de africanas para um currículo decolonial. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil, v. 7, n. 7, p. 2394-2410, 2019.

SILVA, Fabiana Sena da; CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. Anúncios de livros religiosos n'º publicador (1864): educação moral e religiosa na Paraíba. **Revista História da Educação** (Online) 2024, v. 28, e133721. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/133721>. Acesso em: 11 de set. 2025.

SILVA, Suhender Ribeiro da; SOARES, Flávia dos Santos. Entre pedidos e pareceres: avaliações de livros didáticos de matemática no século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 23, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8664407>. Acesso em: 11 de set. 2025.

Artigo recebido em novembro de 2025. Aprovado em dezembro de 2025.